



Luís Reis
Presidente da direção

editorial

A luta continua!

Numa sociedade ausente de valores e referências, assistimos à implementação de políticas que nos últimos anos têm conduzido o país à maior crise social, económica e financeira da sua democracia.

Neste momento com base nos últimos Orçamentos de Estado, do incumprimento das Leis, e da Proposta do OE para 2013, o governo, consubstancia o mais brutal ataque às condições de vida dos portugueses, e promove a maior afronta aos direitos dos trabalhadores, da juventude, dos reformados e da população em geral. As medidas preconizadas promovem menos salário, mais desemprego e mais precariedade. Estas medidas conduzem o país a uma recessão profunda, potenciam o destroçar de uma sociedade e promovem a falta de confiança no futuro.

Esta geração, as anteriores e as seguintes, olham para o País e o que veem é uma contínua degradação da situação económica e social. O que veem é um Portugal mais desigual, mais dependente do exterior e menos democrático.

Hoje os militares, cidadãos em uniforme, sentem-se mais desmotivados, inseguros, desconfiados e incrédulos. A Função Militar, para ser exercida no atual modelo de Forças Armadas, necessita de condições



mínimas para que possa atingir o indispensável quadro de qualidade e eficiência por todos desejados. Alterar este quadro no sentido da regressão implica que as medidas aprovadas pelo Governo, promovam a progressiva descaracterização e desarticulação das Forças Armadas e consequentemente a sua operacionalidade no que se refere às missões de interesse público, em suma, a Defesa Nacional.

Os militares quando juraram dar a vida pela Pátria, foi no pressuposto de que tínhamos na nossa retaguarda um Estado que nos assegurava direitos com alguma estabilidade e nos substitua, quando necessário, na assistência e apoio às nossas famílias. Ora é precisamente este quadro, associado inequivocamente à Condição Militar, que o Governo tem vindo a alterar com estas medidas. Por isso:

É Preciso, uma mudança de paradigma em relação a estas políticas que têm conduzido o país à situação calamitosa em que nos encontramos, à beira do abismo e que vão destruir ainda mais a economia e agravar as desigualdades e as dificuldades dos militares e suas famílias e dos demais concidadãos.

É Preciso, que se combata os cortes nos apoios sociais do Estado, de forma a não prejudicar aqueles que deles mais necessitam e que pouco ou nada terão contribuído para se chegar a esta situação.

É Preciso, que se efetue a recuperação da carreira às Praças da Armada do QP, mais de 2000, que por via de uma medida administrativa viram a sua progressão de carreira interrompida bruscamente, e que se crie uma nova carreira, que potencie a motivação, fundamentada em mais dois postos que privilegie a dignidade e o respeito que as Praças merecem e cuja extensão se efectue aos outros ramos equacionando a hipótese de existirem praças dos QP.

É Preciso, assegurar o cumprimento do Regulamento de Incentivos, de modo a minimizar junto deste universo de militares os enormes prejuízos com vista às suas aspirações profissionais, pois não podemos esquecer que compete ao Estado assegurar a inserção ou reinserção destes militares na vida ativa civil.

É Preciso, que a reforma da Saúde Militar ocorra sem omissões, e que perspetive um serviço de melhor qualidade a ser prestado aos militares e suas famílias neste domínio de tão grande relevância para o cumprimento da missão militar.

É Preciso, que o Governo reconheça em primeiro lugar o importante papel que os Militares das Forças Armadas desempenham como garante da soberania nacional, e que não coloque os militares como instrumento de combate ao défice assentando a execução orçamental num regime remuneratório que acentua as desigualdades e pior, coloca em causa a unidade e a coesão militar quando propõe no âmbito das Forças Armadas regimes remuneratórios desiguais e esses sim, criadores de distorções.

É Preciso, assegurar o pagamento do Complemento de Pensão aos militares ou respetivos cônjuges sobreviventes, aderentes do Fundo de Pensões dos Militares.

É Preciso, que o governo não incorra na imposição de sacrifícios aos mesmos de sempre, decidindo de forma unilateral, alterações sobre matérias socioprofissionais, sem consultar as estruturas representativas dos militares, regra elementar do Estado de Direito Democrático.

É Preciso, não permitir que uma Nação como a nossa com mais de 900 anos defina, porque uns quantos senhores decidiram fazer de Portugal uma colónia dos interesses da alta finança europeia e mundial visando o empobrecimento do País, sem terem em conta os elementares direitos dos cidadãos, as leis da República e a história desta Nação!

Os militares têm o direito e o dever de invocar o interesse nacional e a legalidade para denunciar, junto da família militar e da população em geral, todos estes ataques à legitimidade democrática e à soberania nacional!

Como força que emana do Povo, os militares estarão sempre do lado daqueles que, de uma forma ou de outra, se sentem prejudicados pela maior ofensiva perpetrada contra os Portugueses.

A Lei fundamental do País diz, no seu preâmbulo, «A Assembleia Constituinte afirma a decisão do povo português de defender a independência nacional, de garantir os direitos fundamentais dos cidadãos...».

Portugal não pode ser negociado nem alienado.

DESTAQUES

Acidentes em serviço



PÁGS. 4 e 5

Dia Nacional da Praça das Forças Armadas



PÁGS. 6 a 8

Encontro de Militares



PÁGS. 10 e 11

Proposta O.E. 2013

PÁG. 15

Serviço de fiscalização de praias



PÁGS. 18 e 19